



Anexo

Prestação de Contas

2016

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	7
5	Ativos Fixos Tangíveis	8
6	Ativos Intangíveis	9
7	Inventários	9
8	Rédito.....	10
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	10
10	Benefícios dos empregados	10
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
12	Outras Informações	11
12.1	Clientes e Utentes	11
12.2	Outras contas a receber.....	12
12.3	Diferimentos	12
12.4	Caixa e Depósitos Bancários	12
12.5	Fundos Patrimoniais	12
12.6	Fornecedores	13
12.7	Estado e Outros Entes Públicos	13
12.8	Outras Contas a Pagar.....	13
12.9	Subsídios, doações e legados à exploração	14
12.10	Fornecimentos e serviços externos	14
12.11	Outros rendimentos.....	14
12.12	Outros gastos	15
12.13	Resultados Financeiros	15
12.14	Acontecimentos após data de Balanço.....	15

1 Identificação da Entidade

A “BELA VISTA - Centro de Educação Integrada” é uma instituição sem fins lucrativos, com sede em Rua S. Pedro, nº48, constituída sob a forma de “Associação” com estatutos publicados no Diário da República n.º 115, Série III, de 20/05/1985, revisto e aprovados em Assembleia Geral Extraordinária de 05/11/2015, por adequação ao DL n.º172-A/2014, de 14 de Novembro.

A Bela Vista que tem por objetivo principal, promover a integração de crianças/famílias/grupos que, por qualquer situação deficitária, de ordem física, emocional ou social, se encontrem em risco de privação e/ou marginalização social.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**3.2.1 Fluxos de Caixa**

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	-
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	-
Outros Ativos Intangíveis	-

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subseqüentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	4 a 50 anos
Equipamento básico	2 a 6 anos
Equipamento de transporte	4 a 5 anos
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	2 a 6 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	10 anos

A Bela Vista – Centro de Educação Integrada revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras Contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras Contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

Como a Instituição goza da isenção de IRC, e não tem outro tipo de atividade comercial ou industrial, não tem imposto a pagar para este período.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	56.986,92					56.986,92
Edifícios e out. Construções	318.213,40	684,83				318.898,23
Equipamento básico	29.590,00	471,37				30.061,37
Equipamento de transporte	127.154,75					127.154,75
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	36.132,64	1.209,22				37.341,86
Outros Ativos fixos tang.	102.197,01					102.197,01
Total	670.274,72	2.365,42	0,00	0,00	0,00	672.640,14
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e out. Construções	173.642,09	9.201,14				182.843,23
Equipamento básico	25.095,16	1.178,67				26.273,83
Equipamento de transporte	127.154,76					127.154,76
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	33.125,37	1.110,16				34.235,53
Outros Ativos fixos tang.	23.455,99	10.219,70				33.675,69
Total	382.473,37	21.709,67	0,00	0,00	0,00	404.183,04

Descrição	2015					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	56.986,92					56.986,92
Edifícios e out. Construções	301.413,51	16.799,89				318.213,40
Equipamento básico	24.982,82	4.607,18				29.590,00
Equipamento de transporte	127.154,75					127.154,75
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	33.864,96	2.366,68	99,00			36.132,64
Outros Ativos fixos tang.	102.197,01					102.197,01
Total	646.599,97	23.773,75	99,00	0,00	0,00	670.274,72
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e out. Construções	165.015,24	8.626,85				173.642,09
Equipamento básico	24.432,46	662,70				25.095,16
Equipamento de transporte	127.154,76					127.154,76
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	32.600,13	624,24	99,00			33.125,37
Outros Ativos fixos tang.	13.236,29	10.219,70				23.455,99
Total	362.438,88	20.133,49	99,00	0,00	0,00	382.473,37

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2016, mostra as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00	1.703,55				1.703,55
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	0,00	1703,55	0,00	0,00	0,00	1.703,55
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00	283,93				283,93
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	0,00	283,93	0,00	0,00	0,00	283,93

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2015				2016			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	849,28	45.588,93	0,00	858,79	41.898,50	0,00	1.073,53	
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	849,28	45.588,93	0,00	858,79	41.898,50	0,00	1.073,53	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				45.579,42			41.683,76	
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00	

8 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2016
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	175.416,95	176.459,76
Quotas e joias	658,00	846,00
Promoção para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração	537.803,59	540.836,18
Reversões	264,50	0,00
Outros Rendimentos	28.942,13	35.333,89
Juros	3.068,42	1.478,64
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	746.153,59	754.654,47

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

10.1 Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeira

Os Subsídios do Governo, relativamente aos investimentos, encontram-se apresentados no balanço, como componente dos fundos patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do exercício na proporção das amortizações efetuadas.

Os subsídios relativos à exploração são imputados diretamente como rendimentos do período.

10.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha diretamente beneficiado

A Bela Vista contabilizou em 2016 um subsídio ao investimento, não reembolsável, concedidos pela Câmara Municipal de Águeda, no valor de 4.012,15€, referente a obras/equipamento no edifício, que está reconhecido no balanço, como componente dos fundos patrimoniais, de acordo com o estabelecido na NCRF-ESNL.

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2015 e 2016, foram em ambos os períodos de 5. Estes não usufruem de qualquer tipo de remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de “32” e em 31/12/2016 foi de “32”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	469.415,66	483.263,15
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	1.137,72	570,93
Encargos sobre as Remunerações	97.404,00	102.688,60
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4.290,36	4.099,03
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	2.838,50	3.055,07
Total	575.086,24	593.676,78

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2016 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2015	2016
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	18.276,10	19.230,44
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Total	18.276,10	19.230,44

Nos períodos de 2015 e 2016 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2015	2016
Clientes		
Utentes	-2.683,00	-1.773,58
Total	-2.683,00	-1.773,58

12.2 Outras contas a receber

A rubrica “Outras Contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	43,61
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	62.709,67	71.149,65
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	4.568,08	8.173,52
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	67.277,75	79.666,78

12.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2016
Gastos a Reconhecer		
Seguros	3.275,61	2.891,48
Outras Despesas c/ Custo Diferido	139,75	0,00
Total	3.415,36	2.891,48
Rendimentos a Reconhecer		
Outras Receitas c/ Provento Diferido	1.533,80	1.441,58
Total	1.533,80	1.441,58

12.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2016
Caixa	209,41	325,05
Depósitos à ordem	17.529,33	13.889,73
Depósitos a prazo	125.000,00	111.000,00
Outros	0,00	0,00
Total	142.738,74	125.214,78

12.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	274.593,07	0,00	0,00	274.593,07
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	42.525,58	0,00	-14.587,20	27.938,38
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	78.767,58	4.201,15	-12.073,87	70.894,86
Total	395.886,23	4.201,15	-26.661,07	373.426,31

12.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2016
Fornecedores c/c	17.036,26	14.784,00
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	17.036,26	14.784,00

12.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3.149,45	1.419,09
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	3.149,45	1.419,09
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	7.954,10	8.395,10
Segurança Social	20.251,83	20.940,48
Outros Impostos e Taxas	14,03	21,09
Total	28.219,96	29.356,67

12.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras Contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		75.326,36		81.473,43
Outros credores		10.022,57		895,04
Total	0,00	85.348,93	0,00	82.371,47

12.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2015	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	537.803,59	540.836,18
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	537.803,59	540.836,18

12.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2015	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	61.065,85	58.554,63
Materiais	7.664,31	5.526,45
Energia e fluidos	22.863,87	22.525,95
Deslocações, estadas e transportes	0,00	33,75
Serviços diversos	21.164,00	21.259,47
Encargos com os Utentes	161,35	118,63
Total	112.919,38	108.018,88

12.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2016
Rendimentos Suplementares	13.094,56	5.660,52
Descontos de pronto pagamento obtidos	74,22	61,79
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	15.773,35	29.611,58
Total	28.942,13	35.333,89

12.12 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2016
Impostos	250,00	108,17
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	718,12	1.173,25
Custos com apoios financeiros concedidos a associados	1.999,66	86,80
Total	2.967,78	1.368,22

12.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	103,88	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	1.267,60	0,00
Total	1.371,48	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	3.068,42	1.478,64
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	3.068,42	1.478,64
Resultados Financeiros	1.696,94	1.478,64

12.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela Direção em 16 de Março de 2017.

Águeda, 16 de Março de 2017

O Contabilista Certificado

A Direção